Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 264/2014

“Regulamenta a instituição de datas comemorativas em São João da Boa Vista na forma que menciona”

A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, APROVA:

Art. 1º - A instituição de datas para homenagear pessoas, santos, profissões e outros temas de interesse comemorativo na cidade de São João da Boa Vista não implicará na decretação de feriado.

Art. 2º - Exclui-se da obrigatoriedade estipulada na presente Lei, todos os feriados nacionais, estaduais e municipais já existentes até a data da publicação da presente Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

Muitos são os municípios brasileiros em que, por desconhecimento ou interpretação distorcida da lei, decretam, ainda que mediante prévia autorização legislativa, feriados civis e ou religiosos indo contra o que preceitua a legislação.

A Lei 9.093/95 dispõe sobre os feriados e dá conta de que os feriados podem ser classificados em civis e religiosos, estabelecendo de forma taxativa nos seus artigos 1º e 2º, as suas especificidades, sua redação nestes artigos é a seguinte:

"O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1o - São feriados civis:

I - os declarados em lei federal;

II - a data magna do Estado fixada em lei estadual;

III - os dias do início e do término do ano do centenário de fundação do Município, fixados em lei municipal. (Acrescentado pela Lei nº. 9.335/96).

Artigo 2o - São feriados religiosos os dias de guarda, declarados em lei municipal de acordo com a tradição local, e em número não superior a quatro, neste incluída a Sexta-feira da Paixão."

Sendo assim em pesquisa, no site do Governo Federal (<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/feriados-nacionais/>) segue abaixo os feriados nacionais, onde vale a pena ressaltar que nos dias em que se realizarem eleições em todo país ou municípios, também é feriado nacional, especificado no artigo 1º da Lei nº. 1.266/1950.

"1º de Janeiro - "Dia da Paz Mundial" Confraternização Universal (Lei nº 662/49 - Lei nº. 10.607/2002)

21 de Abril - "Tiradentes" (Lei nº 1.266/50, alterada pela Lei nº. 10.607/2002)

1º de Maio - "Dia do Trabalho" (Lei nº 662/49, alterada pela Lei nº. 10.607/2002)

7 de Setembro - "Independência do Brasil" (Lei nº 662/49, alterada pela Lei nº. 10.607/2002)

12 de Outubro - "Consagração a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil" (Lei nº 6.802/80)

2 de Novembro - "Finados" (Lei nº 662/49, alterada pela Lei nº. 10.607/2002)

15 de Novembro - "Proclamação da República" (Lei nº 662/49, alterada pela Lei nº. 10.607/2002)

25 de Dezembro - "Natal" (Lei nº 662/49, alterada pela Lei nº. 10.607/2002)."

Os feriados civis estaduais e municipais supra citados da Lei nº 9.093/95, assim como os feriados religiosos, são variáveis, eis que são decretados de acordo com as datas e tradições locais. Aos municípios é facultado instituir apenas um feriado civil, usualmente utilizado como sendo o ano centenário de sua fundação. Os feriados religiosos podem ser instituídos pelos municípios, mediante lei ordinária e em número não superior a quatro, incluindo a Sexta-Feira da Paixão.

Este Projeto de Lei que apresento nesta casa legislativa se faz pertinente, pois repercute em toda as camadas sociais da capital e interfere no cotidiano de toda a sociedade. Defendo, entendo e respeito todos os feriados já existentes hoje, porém acredito que já estejamos em um limite considerável, por entender que desde a Constituição de 1988 já tenhamos tempo para analisar todas as alusões e homenagens, devendo todos os legisladores e chefes do poder executivo, entender que a Lei 9.093/95 estabeleceu os limites prudenciais para estas datas.

Respeitando esta lei supra citada e em vigor, nenhum evento e instituição, por qual importância que seja deve desrespeitar a legislação máxima de um país.

Acredito que estabelecer dias alusivos a tais profissões, credo ou raça, seja do bom entendimento de cada legislador, porém os que podem ser julgados inconstitucionais e ilegais devem figurar no calendário oficial do Município apenas como datas comemorativas, referente às quais o município tem a legitimidade de decretar ponto facultativo nas repartições públicas municipais.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 30 de julho de 2.014.

GÉRSO ARAÚJO
VEREADOR - PSD